

## EDITORIAL

Nas culturas ocidentais, os indicadores mais utilizados para medir a qualidade de vida de determinado país são: o Produto Interno Bruto (PIB) e o crescimento econômico. A ideia implícita na adoção dos indicadores é a de que crescimento gera riqueza; e, com a riqueza, os indivíduos apresentam níveis mais elevados de bem-estar.

Nas últimas décadas, o PIB e o crescimento econômico passaram a ser acompanhados de outros indicadores. Entre os indicadores, a sustentabilidade e a felicidade. A sustentabilidade não deixa de ser um olhar (necessário) no futuro. Para além da felicidade, outro aspecto que deve ser considerado é o progresso social. Com esta lógica, a educação e a cultura são mais importantes que o consumo. Busca-se, assim, a humanização da vida.

Outra medida de qualidade de vida, numa espécie de antítese ao modelo ocidental, fundamentada no budismo, foi proposta no começo da década de 1970 com a ideia de Felicidade Interna Bruta (FIB). A FIB é alicerçada em quatro pilares:

- a) proteção ao meio ambiente;
- b) preservação de valores culturais;
- c) desenvolvimento econômico e social para toda a sociedade;
- d) boa governança.

As questões da FIB têm ligação com renda, segurança no trabalho, acesso à educação e à saúde, condições do meio ambiente, bem-estar psicológico e disponibilidade de tempo.

Na direção de avanços sociais, culturais e ambientais, fatores determinantes para a qualidade de vida, a Organização das Nações Unidas (ONU) conformou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para além dos indicadores econômicos, o índice considera a expectativa de vida e a educação. A principal crítica feita ao IDH é pautada na desconsideração de questões ligadas à sustentabilidade.

Em resposta ao IDH, proposto pela organização independente New Economics Foundation, surgiu o Happy Planet Index (HPI) – Índice de felicidade do planeta. O HPI avança nas questões ambientais e na satisfação pessoal. Patamares elevados de consumo de recursos naturais para atingir o padrão de vida vigente num determinado país rebaixa o país no ranking produzido. É evidente que o critério causa distorções no ranqueamento produzido.

Falando da avaliação da qualidade de vida, com uma perspectiva coletiva, tem-se um cenário em construção, mas ainda com limitada congruência com a realidade. A tese de que a riqueza não é garantia de qualidade de vida não suporta um enunciado contrário (a pobreza é garantia de qualidade de vida).

Se na perspectiva coletiva o cenário apresenta limitada congruência com a realidade, no plano individual o quadro não é distinto. Questões fundamentais projetadas nos índices coletivos (e em suas críticas) aparecem de forma limitada ou inexistente nos instrumentos mais utilizados globalmente para a avaliação individual.

É preciso avançar para que as discussões de qualidade de vida sejam projetadas para um patamar superior. Novas leituras e instrumentos para medir a qualidade de vida, mais que nunca, são urgentes. Infelizmente, poucos avanços recentes podem ser registrados num mundo cada vez mais complexo.

Nessa perspectiva, a RBQV tem buscado contribuir através da divulgação de pesquisas científicas de diversas áreas que abordam a qualidade de vida; principalmente pela relevância social do tema. Tema este de definição complexa e subjetividade intrínseca a cada indivíduo, mas com alcance multidimensional: seja no contexto dos sistemas de produção, do adoecimento ou do estilo de vida.

Uma boa leitura a todos!

Luiz Alberto Pilatti e Camila Lopes Ferreira

Editores